ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

ACTA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 5 DE JULHO DE 1978

Pelas 20:00 horas do dia 5 de Julho de 1978 reuniu no Palácio de D. Manuel a Assembleia Municipal de Évora, tendo como ponto único da Ordem de Trabalhos a apreciação das actividades da Câmara no primeiro semestre de 1978.

Presentes, além do senhor Presidente da Mesa e 1º. Secretário, os membros senhores: Manuel Joaquim Picado, Sertório Leal Barona, Jorge Pinheiro Alves, Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha, Miquelina Jesus Amaral Lopes Condeço, José Ferreira Nunes Bizarro, Fernando Nunes Percheiro, António José Varela, Joaquim Jacinto Piteira Furtado, Joaquim António Valverde, Norberto Marcelino Zambujo de Matos, José António Caeiro, José António Oliveira Almodovar, Estêvão de Mira Rosado, António Joaquim Fava da Luz, Vasco Varela Tenório e Santos José Metrogos.

Verificadas as faltas dos senhores Humberto Carlos Pereira Paixão, que entrou mais tarde, António Alexandre Botelho, João António Torrinhas Paulo, Claudino José Mendes dos Santos, Armando Serôdio Quintas, Henrique António de Oliveira Troncho, Reinaldo José Coelho Pimenta, José Rodrigues Costa, Fernando Lourenço Farinha, Manuel Gaudêncio Narigueta e Jacinto António Godinho.

Em representação da Câmara, encontrava-se presente o respectivo Presidente, senhor Dr. Abílio Fernandes, assessorado pelos senhores Vereador Foito, Engº. Alfeu (Repartição Técnica) e Arq. Alexandre Abreu (GRAC - Gabinete de Recuperação das Áreas Clandestinas), tendo entrado posteriormente o senhor Dr. Filipe Marchand (Serviços Municipais de Habitação).

Dada a ausência do senhor 2º. Secretário, o Presidente da Mesa solicitou ao senhor Zambujo de Matos que o substituísse, após o que se deu início à leitura das actas das duas últimas reuniões.

ACTA DE 24/5/78 - Feita a sua leitura, foi imediatamente votada e aprovada por maioria, sem emendas.

www.evora.net/ame

ACTA DE 12/6/78 - Seguidamente foi lida a acta referente à sessão de 12 de Junho de 1978, em relação a cujo texto foram sugeridas várias alterações: a páginas 2, substituição de "Nª. Senhora de Machede" por "S. Miguel de Machede"; a pág. 8, alteração da última frase do primeiro parágrafo para: "como no ano passado, nem todas as verbas para as autarquias foram incluídas no mapa"; a pág. 13, o primeiro parágrafo passará a ter a seguinte redacção: "Por exemplo, só a creche de S. Manços custará 5.000 contos e será financiada directamente pelo Governo. A Câmara de Évora recebeu 6.000 contos para todas as obras novas do concelho"; finalmente, na última página, ao último parágrafo deverá acrescentar-se: "por não ter havido intervenções da assistência.".

Votada seguidamente, a acta foi aprovada por 16 votos a favor, nenhum contra e três abstenções.

EXPEDIENTE - O senhor Presidente da Mesa deu então conhecimento à Assembleia de diverso expediente em seu poder: - Justificação de faltas: cartas dos senhores Armando Cunha, Pinheiro Alves e Sertório Barona, justificando faltas a sessões anteriores; - Convites: do Grupo de Acção Cultural "A PLEBE" e da Escola dos Amadores de Música Eborense; - Estatutos do Movimento Voluntário Desportivo; - Boletim da Comissão Nacional do Ambiente; - Carta do "Diário do Sul", relativa à apresentação de facturas pela publicação de convocatórias; - 2 cartas do Partido Social Democrata, solicitando o envio de fotocópias de actas de todas as reuniões da Assembleia Municipal.

Relativamente a este último assunto, o senhor Bizarro considerou que, dados os problemas financeiros que isso levantaria, e dado haver um arquivo de actas, seria mais conveniente os interessados consultarem esse arquivo, sem prejuízo de se passarem a enviar cópias das actas a todos os grupos políticos representados na Assembleia.

O senhor Presidente da Câmara sugeriu o recurso ao stencil para tornar possível a distribuição a todos os membros da Assembleia de exemplares das actas, uma vez que cada fotocópia fica à Câmara por cerca de 8$00/9$00.

O senhor Presidente da Mesa concordou com a sugestão, informando que esse processo passará a ser o utilizado a partir desta acta. Em relação às anteriores, terá de ser decidido pela Assembleia qual o procedimento a seguir.

www.evora.net/ame

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O senhor Armando Cunha pediu ainda alguns esclarecimentos ao senhor Bizarro, que clarificou alguns aspectos da sua intervenção, nomeadamente quanto ao facto de não ver qualquer inconveniente em que as actas fossem fotocopiadas pelas forças políticas interessadas.

Feito o ponto da situação, o senhor Presidente da Mesa confirmou que as actas da Assembleia passarão a ser enviadas regularmente. Quanto às anteriores, e dado haver consenso, serão postas à disposição dos interessados, que as poderão fotocopiar, fornecendo no entanto o material necessário. A uma dúvida levantada pelo senhor Picado, relativa ao destino das actas, após a sua aprovação, o senhor Presidente da Mesa esclareceu ainda que, na sala cedida pela Câmara, se encontra já organizado o respectivo arquivo.

ZONA R3 - O senhor Presidente da Mesa informou ainda ter sido solicitado à Câmara o envio de elementos com vista à apreciação dos assuntos relacionados com a cedência de 45 lotes de terreno na Zona R3. Foi recebida uma informação, que, no entanto, como se refere ao Regulamento do Direito de Superfície, levanta o problema prévio da aprovação deste último. Assim, sugeria que o assunto fosse apreciado após a aprovação prévia do regulamento, o que terá lugar logo que possível.

PLANO DIRECTOR - O membro senhor Picado deu em seguida conhecimento à Assembleia do parecer do grupo de trabalho de que faz parte relativamente ao Plano Director, com o prévio esclarecimento de que, não podendo pronunciar-se do ponto de vista técnico, o fazia numa perspectiva mais geral. Segundo afirmou, parece ser uma equipa nova, mas que está a encarar o processo de forma muito correcta. É-lhe, pois, grato dizer que a equipa está empenhada em localizar alguns "cancros" da cidade e que, fazendo um inventário muito completo das necessidades de Évora, está sem dúvida a cumprir o programa estabelecido. Crê, pois, que a Câmara escolheu bem.

CARTA DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. MIGUEL DE MACHEDE - Relativamente ao diferendo surgido com a Repartição Técnica, o senhor Presidente da Mesa foi de opinião de que se deveria apreciar já o assunto, dado que se trata de um caso pontual e não de uma apreciação global. Pediu, assim, ao senhor Caeiro que se pronunciasse

O senhor Caeiro informou que, além do caso já apresentado, tinha surgido outro, relativamente a um recibo apresentado pelo senhor Francisco Tomé. Foi feito um trabalho, o homem apresentou o recibo

www.evora.net/ame

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

e o senhor Engenheiro Alfeu disse que não se lembrava.

Pedindo a palavra, o senhor Engenheiro Alfeu informou que os termos da factura apresentada não eram suficientemente claros, pelo que, e desconhecendo o assunto, pediu alguns esclarecimentos. Acrescentou que a factura não é para si, mas para o arquivo da Câmara, pelo que pediu a sua substituição, por a considerar incompleta. Acrescentou ainda que, no início, ficou o senhor Presidente da Junta responsável pela administração da obra, depois de feita a terraplanagem pela Câmara. Sendo precisa uma betoneira, o Presidente da Junta pediu-a e sugeriu que fosse utilizada a betoneira e um vibrador de um retornado seu conhecido, tendo inclusivamente dito que "se calhar até não leva nada". Da mesma forma, apareceu-lhe uma factura em cima da secretária e, por não ter sido isso o combinado, recusou-se a por o visto.

Apareceu depois outra factura, de Esc. 11.000$00, mais ou menos, mas como a obra é de administração directa da Câmara, tem que dar satisfações, e não pode, em consciência, justificar quer o número de dias quer a importância debitada.

Acrescentou ainda que o senhor Presidente da Junta nada lhe disse, apenas o proprietário da betoneira foi falar consigo.

Depois destas informações, seguiu-se um diálogo entre o senhor Caeiro e o senhor Engenheiro Alfeu em que ambos mantiveram os respectivos pontos de vista, pelo que o senhor Presidente da Mesa interveio para considerar que a discussão, nestes termos, ultrapassara a competência, as funções, o próprio âmbito da Assembleia. Como afirmou, trata-se de um assunto de natureza executória, da competência da Câmara, para quem iria remeter imediatamente o assunto. Depois de esgotada a via executiva, a Assembleia poderá então dar a sua opinião. Já que o problema existe, deverá ser a Câmara a tomar providências para o resolver.

O senhor Paixão considerou que o problema tem um sabor crítico à própria Câmara. A Assembleia não julga coisa nenhuma, mas o senhor Presidente da Junta pode, na sua qualidade de membro da Assembleia, pôr o problema, ao que o senhor Presidente da Mesa respondeu entender que é legítima a crítica, mas saber quem paga ou não paga a factura ultrapassa claramente as funções da Assembleia.

O senhor Caeiro acrescentou que, se a Câmara tinha uma betoneira disponível e que fez falta uma, se foi a camioneta da Câmara que foi levá-la a S. Miguel, porque não foi enviada uma betoneira da Câmara?

www.evora.net/ame

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Acrescentou também que nenhuma informação lhe foi dada além da recusa de pagamento do recibo.

Em seguimento de uma referência do senhor Caeiro, o senhor Presidente da Câmara esclareceu não ter havido, da sua parte, qualquer intromissão no assunto, após o que o senhor Engenheiro Alfeu reafirmou que o senhor Caeiro havia dito que a betoneira estava parada e seria fornecida gratuitamente. Por outro lado, verificou que a betoneira e o vibrador têm estado sem trabalhar, o que considerou um acto de má administração. Tem visto ainda que a massa tem vindo a ser preparada pelos serventes, e como fiscal não pode aceitar isso.

O senhor Caeiro esclareceu em seguida a sua referência ao senhor Presidente da Câmara, e afirmou que vai tranquilo e tanto vai para a esquerda como para a direita. Acrescentou ainda que a betoneira já está parada e o novo recibo apresentado anulou o anterior.

O senhor Bizarro interveio então para considerar que era correcta a forma como o assunto havia sido colocado pelo senhor Presidente da Mesa e para sugerir que o mesmo fosse posto de parte,já que de facto a discussão não estava a assumir a direcção que a intervenção do senhor Paixão parecia fazer adivinhar.

Para o senhor Picado, trata-se de um assunto interno da Câmara, em que parece ter havido má percepção. Como ouvira falar de uma verba de 950 contos, parecia-lhe possível incluir esta verba de 11 contos nesse valor, reafirmando em seguida que, não havendo qualquer dúvida quanto ao interesse e à honorabilidade dos intervenientes, considera este caso exemplar da necessidade de serem os assuntos deste tipo tratados com mais cuidado. Finalmente, deu o seu acordo às propostas dos senhores Presidente da Mesa e Bizarro.

O senhor Armando Cunha é de opinião que, se um membro da Assembleia suscita qualquer problema, no sentido de fazer uma crítica à Câmara, o máximo que a Assembleia pode fazer é sugerir a esta que resolva o problema com honra para ambas as partes e sem que haja escândalo.

O senhor Paixão afirmou que, quando foi posta a questão, reparou numa crítica formulada a um membro da Assembleia, ou seja, quando se diz que a obra está sob administração do senhor Presidente da Junta, porquê condenar essa administração? Por outro lado, quando a Câmara diz não ter nada com isso, não concorda. No entanto, parece-lhe ser sem dúvida melhor a última solução proposta.

www.evora.net/ame

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O senhor Presidente da Câmara disse que deseja manter uma posição clara: como Presidente da Câmara, não tem que se intrometer, apenas respeita as responsabilidades dos funcionários, desde o contínuo até ao Chefe de Repartição. É um ponto de honra respeitar essas responsabilidades, até que a questão fique resolvida na Repartição Técnica. Se a situação não é clara , não pode no entanto deixar de respeitar a informação do Chefe da Repartição Técnica. A análise objectiva diz-nos haver mais razões por parte do funcionário envolvido na questão.

O senhor Engenheiro Picado sugeriu, num gesto que aprecia, uma conciliação, mas para a Câmara não é fácil essa solução, pois poderá sancionar um modo de funcionamento pouco claro.

Para o senhor Paixão, não é o respeito pelos funcionários que está em causa. Qualquer acto de mau funcionamento responsabiliza a Câmara; se esta não levanta a questão, fica automàticamente responsabilizada. Se o quiser fazer, faz inquéritos, e libra essa responsabilidade, da do que acha também necessário não desrespeitar uma entidade que é o Presidente da uma Junta de Freguesia.

O senhor Presidente da Mesa achou nesta altura que seria oportuno regressar às intervenções anteriores, dado que a Assembleia não se poderá pronunciar. Sugeriu, portanto, que a Câmara retome o problema, que é meramente executivo, e propôs o encerramento do assunto.

O senhor Picado acrescentou que, se o assunto é de difícil solução, mais difícil será para a Assembleia resolvê-lo. É a palavra de um homem contra outro; não houve testemunhas, ninguém gravou, e daqui não se sai. Considerando, no entanto, que o homem que prestou o serviço é um profissional, é de opinião que a Câmara deve dar o exemplo a um particular, mesmo ficando prejudicada, a fim de não ficar desprestigiada perante a população. Continua, no entanto, e de acordo com a sua anterior intervenção, a considerar que o assunto não é da competência da Assembleia e que a Câmara poderá resolver o problema.

Nesta altura da discussão os membros senhores Barona e Mira Rosado saíram, tendo em seguida a Mesa considerado encerrado o assunto, após ter feito votos pela sua resolução.

Pedindo em seguida a palavra, o senhor Presidente da Câmara perguntou se o senhor Armando Cunha, relativamente à escolha do Dr. Luso Soares para patrono da Câmara no caso da Quinta da Malagueira,

www.evora.net/ame

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

acharia suficiente a sessão da Câmara para ser feito o esclarecimento que solicitara, tendo este membro da Assembleia considerado tal solução satisfatória, dado desejar apenas salvaguardar a sua posição perante a Assembleia.

Em seguida o senhor Percheiro disse ter lido no jornal "Notícias de Évora" um anúncio segundo o qual não teria sido autorizada a instalação do Circo Mariano, e pediu para ser esclarecido.

O senhor Foito informou que os dois circos instalados tinham sido os únicos a requererem a concessão de terreno para o efeito. Por outro lado, em 1977 havia ficado definido que os circos que viessem o ano passado não viriam este ano, acordo que o circo Mariano tentou desrespeitar. O seu empresário afirmou, inclusivamente, que se viessem dariam um espectáculo gratuito, ou 500 contos, e insistiu ainda numa gorjeta ao Vereador, pelo que a Câmara não achou sequer necessário responder ao anúncio.

Após estes esclarecimentos, o senhor Presidente da Mesa abandonou o seu lugar e ditou para a acta a seguinte proposta de moção:

MOÇÃO SOBRE BENTO DE JESUS CARAÇA - "Considerando que passa actualmente o 30º. aniversário da morte do Professor Bento de Jesus Caraça, figura ímpar de cidadão exemplar, cientista eminente, honra do Povo Português e grande combatente contra o fascismo, a ditadura salazarista, além do mais filho deste distrito, que muito legìtimamente se orgulha de tal facto, a Assembleia Municipal de Évora associa-se às comemorações nacionais, assim como às que têm lugar no distrito de Évora.

O texto da Moção seria enviado à Comissão Distrital de Évora e à Comissão Nacional Promotora da homenagem a Bento de Jesus Caraça".

O senhor Percheiro disse que gostaria também de propôr que, a esta homenagem que se vai prestar, fosse acrescentado um minuto de silêncio, para além da votação da moção apresentada.

Depois de votada a moção, que foi aprovada por unanimidade, a Assembleia guardou um minuto de silêncio.

Encerrado o período de antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Mesa informou que iria seguir-se a exposição que, nos termos da lei, o senhor Presidente da Câmara deverá fazer sobre as suas actividades.

EXPOSIÇÃO - No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara pro-

www.evora.net/ame

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

pôs-se fazer uma síntese das principais preocupações camarárias, pedindo depois às pessoas que foi possível estarem presentes, uma vez que o convite havia sido feito a toda a vereação, que se pronunciassem sobre aspectos específicos da actividade camarária.

Considerando a hora tardia, depois das exposições dos elementos presentes, retomaria os pormenores, que poderão vir a ser muito extensos. Perguntou, pois, se havia objecções, e, não as havendo, prosseguiu dizendo que este semestre foi caracterizado por um esforço de organização interna; começou-se pela própria Vereação, em que um elemento - senhor engenheiro Alferes - foi substituído pelo senhor Vereador Foito. Foi feita uma delegação de poderes nos dois vereadores a tempo inteiro, correspondendo a assumir a responsabilidade total pelos seus pelouros, incluindo a correspondência, o que diminuiu objectivamente a competência do Presidente.

A organização interna correspondeu a novos serviços: Serviços Municipais de Habitação, que se ocuparam de três questões fundamentais: concurso da Cruz da Picada, realizado com inúmeros cuidados, mas que mereceu muitas críticas, aliás propositadas, e que a Câmara já está habituada; Direito de Superfície; Processo PRIDE - Recuperação de Imóveis Degradados: as casas foram inventariadas pela Repartição Técnica e os Serviços Municipais de Habitação deram seguimento ao processo, tendo sido já iniciados os trabalhos de recuperação.

Outro serviço - GRAC (Gabinete de Recuperação das Áreas Clandestinas), já apresentou um trabalho desenvolvido, que está em andamento.

Na própria Repartição Técnica, foram admitidos novos técnicos: 1 engenheiro civil, 1 arquitecto e 1 agente técnico. Tem ainda sido objecto de uma tentativa de organização interna, reunindo os técnicos com o Vereador e o Presidente, para coordenação de todo o trabalho.

Correspondendo a este esforço, queria assinalar que a Câmara de Évora, apesar das suas inúmeras dificuldades, já avançou com a construção de 36 fogos na Zona R3.

Só não foi possível reorganizar, por estarem totalmente dependentes do Ministério da Administração Interna, os Serviços Administrativos, o que tem constituído o grande estrangulamento da Câmara. O Chefe da Secretaria pediu a demissão, o Chefe de Contabilidade está há tempos com baixa por doença, e isso provoca grande crise, que se repercute na actividade da Câmara , pois é necessário dar seguimento a todas as deliberações e assuntos e não há condições para responder a essas solicitações.

www.evora.net/ame

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Entretanto, foi já tornada pública a indicação de dois nomes para Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Évora, e foi promovida uma funcionária.

Lembrou ainda um assunto que concitou as atenções: a reclassificação de pessoal, que tocou a todos os trabalhadores, e com referência à qual a Câmara fez questão na participação da Comissão de Trabalhadores e Secretaria. Houve reuniões conjuntas, para não serem ultrapassados os interesses dos trabalhadores.

Finalmente, o senhor Presidente da Câmara fez ressaltar o angustiante sentimento de incapacidade em face da ausência de informações sobre verbas. Trabalhou-se no vazio, com planos aprovados, mas sem possibilidade de programar o avanço das obras, devido a essa falta de informação.

Interveio em seguida o senhor engenheiro Alfeu. Quanto a Planos e projectos, fez referência à elaboração do Plano Director para o Concelho de Évora, que está bastante adiantado; independentemente deste plano, foi entregue ao senhor arquitecto Siza Vieira o plano de pormenor de uma parte da Zona de Expansão Oeste, visando conseguir terrenos de construção para as diversas Cooperativas e outros programas de habitação social, bem como a criação de alternativas que evitam a proliferação da construção clandestina. No restante, há ainda outros programas menores.

Andamento de Obras: Foi dada continuação a obras de 1977, uma vez que só no mês passado se teve conhecimento das obras novas e das dotações. Estas foram relativamente pequenas e a Câmara teve, pois, que fazer uma selecção: Parque de Máquinas - demorado por falta de fornecimento de material, que até meados de Abril ainda não tinha sido fornecido; arruamentos, ainda antes de serem conhecidas as comparticipações; cemitério de S. Miguel de Machede; viação rural - a verba disponível só chega para concluir um pontão já iniciado e construir um outro, na estrada de acesso ao Degebe. Para a conservação de estradas e caminhos municipais, cara e morosa, por causa do Inverno, não foi concedida qualquer verba.

Depois do senhor Chefe da Repartição Técnica, interveio o Vereador senhor Foito, que começou por informar da passagem do mercado de semanal a quinzenal, depois de ouvidos os principais interessados.

Para a Feira, foi feita a pintura de pavilhões, reparadas coberturas, e os sanitários, em fase de acabamento, foram já em parte utilizados. É de lamentar no entanto a falta de apoio financeiro, em relação a outras, inclusivamente à do ano passado. Este ano, apenas o

www.evora.net/ame

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Turismo deu um subsídio de 100 contos, bem como a Câmara, que ao subsídio inicial de 100 contos acrescentou mais tarde 300 contos provenientes da receita dos terrados.

O senhor Vereador deu ainda conta das condições precárias da lixeira. A única máquina está constantemente a ser solicitada, e foi feito um abaixo assinado pelos trabalhadores que estão a construir a estação de tratamento de esgotos. Foi já comprado um pulverizador, pelo menos para acabar com as moscas, mas o tempo quente irá decerto agravar o problema. A estrada, péssima, deve talvez ter provocado a avaria dos outros carros. Os dois melhores estão parados há meses, aguardando a chegada de peças. Não há máquinas, e a Câmara não tem possibilidades, nem materiais nem financeiras, de dar resposta às solicitações que lhe chegam.

Foi ainda feito outro abaixo assimado em S. Manços, mas a limpeza só foi possível através do auxílio de Cooperativas Agrícolas, embora com dois tractores da Câmara. Referiu ainda o facto de a Câmara estar a aguardar desde Maio a entrega de contentores.

Quanto à Comissão de Reclassificação, tem acompanhado o problema através de reuniões com as estruturas representativas dos trabalhadores, ao mesmo tempo que vai atendendo todas as pessoas que se dirigem à Câmara para tratar de problemas integrados no âmbito do seu pelouro.

Terminada esta intervenção, o senhor Engenheiro Alfeu refaiu ainda outras obras efectuadas pela Câmara no período em apreciação: arruamentos junto à Quinta da Malagueira; novos arruamentos na Torre de Coelheiros, em que só foram feitas as terraplanagens, sobretudo pelo facto de não terem sido comparticipadas as obras de canalização de água e esgotos; arruamentos em S. Manços.

Antes de iniciada a intervenção seguinte, sairam da sala os membros senhores Caeiro e Barona.

O senhor Arquitecto Alexandre Abreu iniciou a sua exposição relativa ao GRAC - Gabinete de Recuperação das Áreas Clandestinas pela afirmação de que se trata de um processo difícil, em que os munícipes são levados a utilizar os loteamentos clandestinos por carências de habitação. No caso de Évora, foi sobretudo em consequência de uma situação de mau alojamento - sub-aluguer, subocupação, a que se chegou por não haver infraestruturas que pudessem dar resposta ao êxodo rural que se verificou na região.

No processo dos clandestinos, ressaltam duas compo-

www.evora.net/ame

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

nentes: a) As parcelas de terreno urbanizadas atingem valores a que a média das pessoas não tem acesso; b) Nas condições existentes, o recurso ao investimento em lotes clandestinos é mais fácil. Em Évora, o processo atinge já vastas áreas, que necessitarão mais tarde de ser reconvertidas. Actualmente, o recurso aos clandestinos apresenta-se ainda como uma melhoria das condições de habitação, pois na maior parte dos casos só assim as populações conseguiram melhorar as suas condições de alojamento. Mas não é, como é óbvio, o melhor processo, e por isso a Câmara tenta contornar a situação criando condições mais favoráveis.

Há no entanto um aspecto importante em que a Câmara está impossibilitada de actuar - a mudança da estrutura da propriedade. A Câmara não tem capacidade legal para obstar à venda de parcelas de terreno, e daí resulta que só pode actuar depois de aparecer a casa construída, pelo que se viu obrigada a recorrer a outros processos de actuação.

Depois do 25 de Abril, registou-se uma mudança na situação económica das populações, que agora se degradou, com a diminuição do poder de compra. Por isso, o solo urbanizado é muito mais caro.

Um dos processos de abordagem tentados para ultrapassar o problema da oferta de terrenos foi o da criação de zonas alternativas que consigam responder, quer às necessidades, quer às possibilidades dos interessados. Sem estas actuações de fundo, de nada servirá o recurso à repressão, que aliás não resolve a situação e tem um custo social demasiado elevado. No entanto, é por vezes forçoso o recurso à repressão, sobretudo nos casos mais flagrantes de violação da lei, em que a Câmara deverá ser autoritária, recorrendo aos meios que tem ao seu dispôr.

Assim, a nível pontual, executam-se estudos que conduzem à integração urbana desses bairros, criando melhores condições de habitabilidade (Stº. António, Pites, 25 de Abril). A nível geral, e paralelamente aos anteriores, fazem-se estudos paisagísticos das zonas, recorrendo a um regulamento interno, provisório, dependente da aprovação do Plano Director, para tentar desbloquear a situação das pessoas que querem construir e enquanto não são possíveis estudos mais completos.

No final desta intervenção, o senhor Presidente da Câmara, tal como havia referido, retomou a palavra, para pormenorizar a actividade desenvolvida pela Câmara no 1º semestre de 1978:

- Vereadores a tempo inteiro - Como o senhor engenheiro Alferes não podia assumir essa responsabilidade, devido às suas ocupa-

www.evora.net/ame

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

ções profissionais, pediu a suspensão do mandato, tendo sido substituído pelo senhor António Foito. Nenhum dos Vereadores do Partido Socialista, não obstante a sua insistência, aceitou o cargo.

- Mercado da Reforma Agrária: aprovada, por unanimidade, uma proposta do Secretariado das UCP'S e Cooperativas Agrícolas propondo a realização do mercado da Reforma Agrária. Esta proposta contempla apenas os produtores directos do concelho, credenciados pela Câmara, e as vendas sujeitas a preços fixos obrigatórios. Está a funcionar no Rossio desde há meses.

- Cedência dos pavilhões do Rossio para o Encontro Regional da FEPU.

- Presença na tomada de posse do 1º. e 2º. comandantes da Região Militar Sul, visita que foi posteriormente retribuída.

- Entrada em vigor de outro regulamento de utilização do monte de S. Brás, que tem sido utilizado por todos os interessados, desde que não seja com fins lucrativos. Tem sido dito que a taxa é cara: 1000$00+500$00 (louça e talheres; 200$00 (utilização da cozinha); e 250$00 (limpeza e gás), mas tem havido sempre a preocupação de não se permitirem situações de favor.

- Organização dos Serviços Administrativos: processamento em computador dos salários do pessoal, sistema que já funciona há anos para os Serviços Municipalizados e Federação, e que implica todo um trabalho prévio de elaboração de ficheiros e de novos registos. Entra em funcionamento no mês de Julho.

- Processado o jornal "A RUA", por dizer que, na distribuição das casas da Cruz da Picada, se beneficiaram os "comunistas", quando a Câmara analisou uma a uma, em sessão pública, as reclamações apresentadas, com a maior seriedade e isenção. Por isso está à vontade para responder a tais críticas, o que não quer dizer que não tenha havido erros.

- O Vereador senhor Foito, por orientação do seu Partido, prescindiu da diferença entre o seu ordenado e o que vence como vereador, no valor de Esc. 5.000$00/mês, que são devolvidos à Câmara Municipal de Évora, entrando como verbas destinadas ao pessoal e a algumas Comissões de Moradores.

- O senhor Vereador Vítor Santos deslocou-se à República Democrática Alemã a convite da respectiva Sociedade de Amizade. Prescindiu dos Esc. 6.000$00 que a Câmara se propôs pagar, a favor do Pelouro da Cultura.

- Visita de Jaime Gama: O senhor Ministro da Administração Interna esteve

www.evora.net/ame

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

15 minutos na Câmara de Evora, o que, como disse, testemunhava o seu respeito pelo Poder Local. O diferendo relativo à Quinta da Malagueira foi relatado ao senhor Ministro, que, em entrevista posterior concedida ao Presidente da Câmara, se interessou pelo assunto.

- Serviços Municipalizados - Situação deficitária: 30.000 contos de déficit acumulado, que este ano deverá atingir 40.000 contos.

- Atribuição de subsídio à Feira de S. João.

- A Câmara teve conhecimento de que o ex-Governador Civil distribuira verbas para a freguesia de S. Manços, destinadas à construção de sanitários, e manifestou o seu desacordo por essa distribuição de verbas para obras da sua exclusiva competência, dado que há um critério que deve ser respeitado e estes subsídios perturbam a aplicação desse critério, na medida em que criam situações de favor.

- A partir de 25 de Abril todos os monumentos passaram a ser iluminados. Contudo, verifica-se que muitas das instalações estão vandalizadas, pelo que foi pedida aos Monumentos Nacionais a recuperação dessas instalações.

- As fontes da cidade estão já em funcionamento.

- A Comissão Municipal de Turismo, em cumprimento da deliberação da Assembleia, foi extinta e o respectivo orçamento incluído no 1º. Orçamento Suplementar, cuja elaboração está a ser dificultada pela doença do Chefe da Contabilidade.

  Orçamento Suplementar: ainda não foi feito, devido às já referidas carências de pessoal administrativo. Se, por essa razão, não for possível que a Assembleia o aprove com urgência, todo o circuito de pagamentos fica emperrado: fornecedores, ajudas de custo, promoções e reclassificações.

  Por estas razões, pode dizer-se que a deliberação da Assembleia não está a ser integralmente cumprida, para o que solicita a benevolência da Assembleia, ao mesmo tempo que apela para um novo esforço no sentido da aprovação do Orçamento.

- Comemorações do 25 de Abril: Foi comemorada dignamente a libertação do Povo Português, com realce para o programa infantil, que deu resultados muito satisfatórios.

- Realização de um Seminário: com a participação das Câmaras de Arraiolos, Mora, Montemor e Vendas Novas, além da de Evora, e com a colaboração

www.evora.net/ame

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

do Curso de Planeamento Rural e Urbano do Instituto Superior Técnico. A documentação resultante foi entregue à Câmara.

- A Federação de Municípios, que será absorvida pela EDP, propôs à Câmara a troca do edifício Moreno pelas instalações da Câmara na Central Eléctrica. A Câmara não tomou ainda qualquer deliberação, dado não haver acordo dos trabalhadores.

- Bombeiros - Proposta a elevação dos seguros para 500 contos por morte e invalidez mais 250$00/dia por incapacidade temporária e 50 contos para despesas médicas.

A proposta inicial era de 1.000 contos. Para basear a sua deliberação, a Câmara consultou outras Câmaras da mesma categoria da de Évora, e acabou, por razões financeiras, por reduzir o montante proposto em 50%.

- Quinta da Cruz da Picada: a Câmara comprou a Quinta, e como todo o processo foi anterior à publicação da lei 79/77, foi feita a escritura respectiva e o pagamento ao senhor Fandinga.

- Ermida de S. Brás: foi solicitada a sua recuperação aos Monumentos Nacionais, que deverão realizar este ano a obra, para o que dispõem da verba de 175 contos.

- Terrenos: comprados dois terrenos - 75 hectares junto à herdade da Tesoureira, a 1$50/metro, que serão utilizados para um parque público. O I.U.E. elaborou um pré-projecto, prevendo uma mata com vegetação própria, hotel, casas para trabalhadores, e instalações diversas, para pesca, remo, etc..

Há verbas que poderão ser utilizadas para este efeito, pelo que a Câmara vai diligicenciar no sentido de que sejam atribuídas à Câmara de Évora.

- Criação de um Centro de Cultura: proposta do Centro Cultural de Évora, que apresentou um pré-projecto prevendo, entre outras coisas, salas de cinema e de exposição, concertos, recitais, anfiteatro, bibliotecas, oficinas de escultura, de pintura, salas de música, discoteca, sala de convívio com bar, laboratório fotográfico, etc..

Como é do conhecimento público, e uma vez que a Quinta, não obstante se situar numa zona de expropriação obrigatória, foi ilegalmente comprada pelo Estado e utilizada pelo MAP, a Câmara recorreu aos tribunais para a reposição dos seus direitos, estando a aguardar o desenvolvimento do processo.

www.evora.net/ame

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- Máquina heliográfica: foi adquirida uma, que já está em funcionamento, dentro do esquema da melhoria de equipamento.

- Castelo da Torre de Coelheiros: solicitada aos Monumentos Nacionais a sua recuperação, dado tratar-se de um edifício de valor histórico e que está a degradar-se.

- Palácio de D. Manuel - Apresenta mau estado de conservação.

- Novo edifício da C.M.E.: as obras estão em bom andamento, e a equipa do Plano director funciona já nessas instalações.

- Feira de Gado: esteve prevista a sua realização durante a Feira, mas a J.N.PP. não autorizou a utilização das suas instalações para o efeito, alegando que estão a ser utilizadas pela G.N.R..

Por alturas da Feira, foi feito novo contacto, mas a resposta foi a de que só seria permitido o uso da parte não utilizada pela guarda e a data da possível cedência fixada para a véspera da data prevista no programa, o que tornou impossível essa realização.

Ainda quanto à actividade dos Serviços Municipais de habitação, o senhor doutor Marchand prestou algumas outras informações:

a) Concursos: Cruz da Picada e lojas integradas naquele empreendimento; Zona R3; S. Manços.

b) PRIDE - Intervenção em 160 casas, envolvendo um dispêndio de verbas de mais de 4.000 contos; medição e orçamentos de todas as obras; projectos, nomeadamente de casas de banho, com referência a empréstimos a particulares e à Câmara; novos pedidos para 1978 - também no valor de cerca de 4.000 contos.

c) Novos Concursos: Casas préfabricadas (Horta das Figueiras); Cruz da Picada; contratos de desenvolvimento.

d) Gestão de património: conservação das casas do bairro da Câmara.

Para além destes, desenvolveram-se outros tipos de actuação:

- Inquérito à situação habitacional dos concelhos.
- Proposta ao Fundo de Fomento da Habitação a construção de 300 fogos (Bairro da Malagueira).
- Obras comparticipadas (Horta das Figueiras).
- Apoio às Cooperativas de Habitação.
- Atendimento dos munícipes.

www.evora.net/ame

Reatando a sua exposição, o senhor Presidente da Câmara disse que esta tinha deliberado aceitar a proposta relativa à "Volta a Portugal", que este ano passará em Évora a 10 de Agosto. A meta será na rampa para as piscinas e a Câmara concedeu à organização um subsídio de 80 contos. Serão convidados todos os Clubes da cidade a participar, com vista à diminuição das despesas; em alguns locais, serão cobrados bilhetes, mas em Évora está-se a procurar outra solução.

- Piscinas: Foi feita uma modificação nas entradas - Não há entradas para passeantes, quer tomem banho quer não, e o preço para automóveis sofreu um aumento de 50%. Foi também alterado o preço de entrada, que passou a ser único: 15$00/adultos, que foi julgado baixo. Mas tem havido críticas, dado que as piscinas constituem o quase único escape da juventude da cidade, Com efeito, em 1977, houve uma semana em que chegou a registar-se uma frequência média de 2.000 pessoas/dia.

  Entre outras coisas, foi pintada a piscina olímpica, o que levou ao dispêndio de 150 contos, verba relativamente elevada, mas que, pela duração da pintura, compensa; o parque infantil foi também tratado, mas não foi ainda possível a instalação de um carrocel; vão ser construídas pistas de atletismo, em frente aos terrenos do I.U.E., que para o efeito já cedeu terreno. O início das obras está previsto para o próximo ano; quanto à piscina de saltos, regista-se uma certa dificuldade no abastecimento de água.
- Turismo - Passaram por Évora em 1977 23.000 portugueses e 12.000 turistas estrangeiros, tendo sido prestadas informações a cerca de 22.000.
- Jardins: a instalação sonora foi recuperada (14 contos), mas foi roubado o amplificador. Se for comprada outra, será instalada dentro do palácio, onde vive um funcionário, para se evitar a repetição do roubo.
- Viveiro municipal: está em estudo a arborização do futuro parque municipal e das novas zonas habitacionais, além da cidade intra-muros. O viveiro será instalado na Quinta do Escurinho, para o que já houve acordo por parte dos diversos técnicos que colaboraram com a Câmara no projecto.
- Mais valias e encargos de urbanização: o assunto está ainda em estudo, dada a sua complexidade. A Câmara quer definir o critério de aplicação

www.evora.net/ame

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

aos diversos bairros, pelo que a questão está a ser aprofundada.

- Visita do Ministro da Habitação e Obras Públicas: de carácter distrital, incluiu contactos com todas as Câmaras. Definidos, nesse contacto, os principais problemas e preocupações da Câmara nesse aspecto.

- A Câmara Municipal de Évora tomou, pela primeira vez, posse administrativa de um terreno, no Alto dos Cucos, onde estavam a ser vendidos lotes, apesar de ser uma zona de expropriação sistemática.

- Rodoviária: foi proposto um aumento das tarifas dos transportes. A Câmara está ainda a analisar o problema.

- Urbanização: relativamente a terrenos expropriados pela Reforma Agrária e que têm condições para serem utilizados na construção, há projectos autorizados, cooperativas, pessoas interessadas; falta apenas a definição de fundo, que será o enquadramento legal que permita às Câmaras utilizar esses terrenos.

Isto está a acontecer em toda a zona da Reforma Agrária, nomeadamente em Coruche, onde um despacho do Secretário de Estado da Reestruturação Agrária deu condições para as Câmaras construirem. Em contacto com o actual Secretário de Estado, foi a Câmara de Évora informada de que iria ser publicada legislação permitindo-lhe assinar contratos por 90 anos; no entanto, dado que o assunto não foi considerado ainda completamente esclarecido, será feito novo contacto com vista à solução definitiva do problema.

Após a saída do senhor Narigueta, o senhor Presidente continuou:

- Comunicado: foi feito um desmentido ao boato de que um imposto de 30$00 iria ser lançado com o recibo de energia eléctrica. O que aconteceu foi que o aumento decretado pelo Governo a partir de 1/3 será cobrado com efeitos rectroactivos. A Federação ainda tentou tomar posição, mas a resposta do Secretário de Estado da Indústria foi a de que o Governo não tinha nada que consultar o Poder Local, e, assim, a Federação vai cumprir a lei.

- Cruz da Picada: Ultimado o processo, vão ser entregues no dia 17/7/78 as primeiras casas.

www.evora.net/ame

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- Reuniões semanais: têm sido feitas com todos os Vereadores. Nas últimas reuniões internas, tem-se verificada a falta de comparência do senhor Vereador Bagulho.

Os contactos com as Juntas de Freguesia têm sido regulares.

A terminar, o senhor Presidente da Câmara esclareceu que a enumeração por si feita não foi exaustiva, e muita coisa ficou por dizer. No conjunto, fazem-se sentir enormes carências ao nível de pessoal, financeiras e de equipamento, ao mesmo tempo que são necessárias mais máquinas e viaturas.

O senhor Presidente da Mesa, pressupondo que haveria muitas perguntas, propôs em seguida o adiamento da sessão para o dia 10// /7, à hora habitual, sem período de antes da Ordem do Dia. Esclareceu no entanto que considera estar a assumir um risco, pois esse adiamento só valerá a pena se houver "quorum". É extremamente importante que essa reunião se faça, pois há questões importantes a levantar.

Depois de uma rápida troca de impressões entre vários membros da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara informou ainda que seria muito necessária a apreciação, por parte da Assembleia, do 1º. Orçamento Suplementar da Câmara para 1978, dado que disso dependerão uma série de acções, nomeadamente o pagamento de atrasados, abonos do pessoal, deslocações, horas extraordinárias, etc.. Por esta razão, foi aceite por unanimidade o prolongamento desta reunião.

O senhor Presidente pôs a primeira questão, relativa ao processo da Cruz da Picada, perguntando se estará demorado, dado que se fala muito do assunto na cidade, nem sempre se forma lisongeira; fez ainda um reparo quanto ao Regulamento do Monte de S. Brás e à escritura de venda do senhor Fandinga, esclarecendo que o reparo não visa atacar o que está feito, mas pedindo que os casos semelhantes fossem postos à consideração da Assembleia.

O senhor Bizarro propôs que a resposta seja dada a cada grupo de perguntas, o que foi aceite pela Assembleia.

O senhor doutor Marchand esclareceu, pois, que as

www.evora.net/ame

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

479 casas da Cruz da Picada estão dependentes do Fundo de Fomento da Habitação, que é quem deve executar as obras. Vão, mesmo assim, ser entregues em condições especiais: há pequenos arranjos que se tornam necessários devido ao facto de terem estado fechadas durante seis meses, por causa da fuga do empreiteiro. Só por pressão da Câmara e dos Moradores se conseguiram obter essas chaves para fazer essa entrega. A 1ª. terá lugar a partir do dia 17, e as restantes em três outras fases: Agosto (mais de 80); Setembro (mais de trinta); e as restantes, se possível, ainda em Setembro também.

Quanto ao Regulamento do Monte de S. Brás, o senhor Presidente da Câmara explicou que só por lapso não foi posto à apreciação da Assembleia, o que será feito logo que possível; acrescentou ainda que as escrituras a assinar de futuro respeitarão escrupulosamente o disposto na lei.

Em seguida o senhor Picado pediu elementos mais completos sobre a transacção do prédio com a Federação de Municípios, tendo o senhor Presidente da Câmara esclarecido que, estando prevista a integração da Federação na EDP, essa integração implicava a entrega de todas as instalações da Federação, sem contrapartida.

A opinião da EDP é que, pelo mesmo preço, entregará o mesmo bem. Assim, não faria sentido pagar as instalações, o que aumentaria os custos do serviço a prestar. A ser assim, a Câmara de Évora seria a única sacrificada, pois as instalações a entregar na central eléctrica constituem um valor, que poderia ser utilizado quando fosse necessário.

Se a Federação desse uma contrapartida, e como a EDP pretende ficar com a central toda, e como, por outro lado, a subestação é um bem de raiz, a Câmara veria diminuído o seu prejuízo. Nestes termos, foi ventilada a hipótese de aquisição do prédio contíguo, que interessa à Câmara dado haver uma passagem e, a curto ou longo prazo, a Câmara necessitar de aumentar as suas instalações actuais.

Para esse efeito, pediu-se ao senhor engenheiro Alfeu que fizesse a avaliação do prédio, mas o proprietário discordou e sugeriu uma peritagem, feita pelos senhores engenheiros Alfeu e Mata, tendo sido aceite a média (Cerca de 12.000 contos).

www.evora.net/ame

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O senhor Pinheiro Alves considerou que a utilização do prédio Moreno implica uma despesa elevada, da ordem dos milhares de contos. Segundo informou, ele próprio fez uma peritagem e chegou-se a valores muito elevados: instalação eléctrica toda, arranjo de paredes e pavimentos, substituição de pavimentos e telhas.

Em face desta informação, o senhor Picado perguntou qual seria a contrapartida para essas despesas, tendo o senhor Presidente da Câmara respondido que a resposta da EDP é: "Sai o decreto e aquilo é nosso", pelo que a Câmara entendia ser essa troca a única hipótese que lhe restava de não perder tudo.

O senhor Armando Cunha perguntou se a Federação não tinha débitos, que poderiam ser canalizados para a Câmara, e foi esclarecido que o débito que tem é à EDP, tendo o senhor Armando Cunha considerado que, se a EDP leva património, deverá também levar o débito. Por outro lado, a Assembleia terá de se pronunciar sobre a aquisição do prédio, que parece ser uma iniciativa ruinosa.

O senhor Presidente da Câmara fez notar que a Câmara apenas recebeu a proposta de troca, que pode aceitar ou não. Garantiu, entretanto, que o assunto será oportunamente posto à apreciação da Assembleia. Se a Câmara não aceitar, será decretada a integração da Federação na EDP, perdendo-se as instalações; se aceitar, será feita a troca já referida.

Depois de o senhor Armando Cunha ter feito ressaltar que, de qualquer modo, troca é aquisição de bens, que carece de autorização, o senhor Bizarro, fazendo o ponto da situação, considerou que lhe parece ter a Câmara duas alternativas: ou nada, ou um prédio que, para já, não lhe faz falta, mas que é passível de vir a ser utilizado, embora com razoável dispêndio de verbas, mas o senhor Armando Cunha esclareceu que, em seu entender, não há lei que admita o que considerou um confisco de bens do município, tendo o senhor Presidente da Mesa concordado com esta opinião.

O senhor Presidente da Câmara repetiu tratar-se de uma afirmação categórica da EDP, e por isso se considerou a necessidade de ficar com todos os bens da Federação. Acresce que a integração, prevista a nível nacional, é uma situação nova, para a qual será decerto criado um

www.evora.net/ame

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

enquadramento legal. Explicou ainda que, das instalações a trocar, uma parte pertence à Federação e outra à Câmara, lembrando também que a Câmara ficou sem o matadouro e não recebeu um tostão.

O senhor Presidente da Mesa considerou que a Câmara devia ter reagido ao confisco do matadouro imediatamente, mas o senhor Pinheiro Alves disse que, em seu entender, essa acção tinha vindo também retirar um encargo à Câmara . Fez em seguida um historial breve do aparecimento da EDP, terminando por lembrar que esta poderá ser uma situação semelhante.

Depois destas intervenções, o senhor Presidente da Mesa achou conveniente por termo ao assunto, dizendo que, quando o problema for posto, deverá sê-lo muito claramente, esperando-se por essa apresentação para o aprofundamento da discussão hoje iniciada.

O senhor Pinheiro Alves informou em seguida que tem ouvido muitas críticas, quanto à elevação e unificação dos preços de entrada nas piscinas, segundo as quais é diferente a situação de uma família ou a de visitantes ocasionais, críticas com as quais, aliás, concorda.

O Presidente da Câmara respondeu que esse aumento se destina a cobrir as despesas efectuadas, enquanto a uniformização visa evitar a sobrecarga do pessoal de fiscalização. Outra queixa que também chegou à Câmara diz respeito ao funcionamento do bar. O problema não foi muito discutido, e não foi sugerida a utilização das piscinas como lugar de passeio para a população; no entanto, se for posto à apreciação da Assembleia, será outra oportunidade para discuti-lo. De qualquer modo, será de novo posto em sessão camarária.

O senhor Paixão congratulou-se com o aumento do seguro dos bombeiros, que considerou uma instituição merecedora de todo o carinho pela função que exerce; considerou também que talvez fosse conveniente a apreciação, pela Assembleia, do Regulamento referente aos bairros clandestinos; finalmente, quanto ao Mercado 1º. de Maio, julga estar em condições pouco dignas de sujidade, o que só se justificaria quando não havia água.

Relativamente à última das questões postas, o senhor Presidente da Mesa lembrou que o assunto havia sido tratado na última reunião da Assembleia. O chão carece de arranjo para poder ser lavado conve-

www.evora.net/ame

nientemente, e esse arranjo está previsto para este ano.

O senhor arquitecto Alexandre Abreu informou em seguida que o Regulamento não tem carácter oficial. É apenas uma forma transitória de desbloquear certas situações, uma bitola para regulamentar a ocupação do solo. No entanto, o senhor Presidente da Mesa considerou que, para além de nivelar a bitola, também deve ser consultado pelos munícipes, pelo que julgou conveniente o envio de um exemplar para informação e eventual esclarecimento, tendo o senhor engenheiro Alfeu feito notar que, para ser oficializado, careceria de aprovação ministerial.

Terminado o período de esclarecimentos, o senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém da assistência desejava intervir. Não tendo havido qualquer inscrição, o senhor Bizarro lembrou o pedido da Câmara para a Assembleia reunir ainda em Julho para apreciação do Orçamento Suplementar, após o que o senhor Presidente da Mesa esclareceu que convocaria essa reunião assim que o orçamento fosse enviado aos três grupos políticos da Assembleia.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada, pelas 2:00 horas, a presente sessão.

O PRESIDENTE DA MESA:_____

O 1º. SECRETÁRIO:_____

O 2º. SECRETÁRIO:_____

(Acta aprovada por maioria, com 20 votos a favor e 2 abstenções, na sessão de 28 de Julho de 1978)

www.evora.net/ame

Não dispensa a consulta do documento original